

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DIFICULDADES E SUGESTÕES DE MELHORAMENTO¹

STUDENTS WITH DISABILITIES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ: DIFFICULTIES AND SUGGESTIONS FOR IMPROVEMENT

Rosamaria Reo PEREIRA²

Rosana Asséf FACIOLA³

Fernando Augusto Ramos PONTES⁴

Maély Ferreira Holanda RAMOS⁵

Simone Souza da Costa SILVA⁶

RESUMO: Este estudo identificou as características socioeconômicas e acadêmicas de alunos com deficiência da Universidade Federal do Pará (UFPA), suas dificuldades e sugestões de melhoramento das acessibilidades. Cinquenta alunos responderam ao questionário socioeconômico e foram analisados por meio da estatística descritiva. A oferta de cotas, o suporte acadêmico no momento do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e a não evasão e repetência foram ações facilitadoras que contribuíram para a permanência desses alunos no Campus. A UFPA necessita investir em pesquisa, monitoria e extensão, planejar ações de apoio financeiro voltadas a suprir as necessidades físicas e materiais e melhorar as condições da acessibilidade arquitetônica. Conhecimento apropriado pode patrocinar o planejamento de ações afirmativas que favoreça a inclusão e o bem-estar desses alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Aluno com deficiência. Ensino Superior. Características socioeconômicas e acadêmicas.

ABSTRACT: This study identified the socioeconomic and academic characteristics of students with disabilities at the Federal University of Pará, their difficulties and suggestions for improving accessibility. Fifty students answered the socioeconomic questionnaire and were analyzed through descriptive statistics. The offer of quotas, the academic support at the National High School Exam (*Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM*) and the non-dropout and repetition were facilitating actions that contributed to the permanence of these students in the Campus. The Federal University of Pará needs to invest in research, monitoring and extension, planning financial support actions aimed at meeting the physical and material needs and improving the conditions of architectural accessibility. Appropriate knowledge can sponsor the planning of affirmative actions that favors the inclusion and well-being of these students.

KEYWORDS: Students with disabilities. Higher Education. Socioeconomic and academic characteristics.

1 INTRODUÇÃO

A chegada de estudantes com deficiência nas escolas de ensino regular no Brasil aconteceu em um período ainda considerado muito recente, tendo como impulso a Constituição

¹ <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0087>

² Professora Doutora do Curso de Graduação da Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Pará. Pará/Brasil. E-mail: rosareoufpa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6134-2245>

³ Professora Doutora do Curso de Graduação da Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Pará. Pará/Brasil. E-mail: rosanassef@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0987-4527>

⁴ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará. Pará/Brasil. E-mail: farp1304@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9569-943X>

⁵ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Pará/Brasil. E-mail: maelyra-mos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6150-6345>

⁶ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará. Pará/Brasil. E-mail: symon.ufpa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0795-2998>



Federal (1988) que já anunciava que nenhuma pessoa em razão de sua raça, origem, cor, sexo, idade ou deficiência poderia ser privada do “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (p. 138). Nessa direção, a proposta de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil ganhou maior destaque a partir da década de 1990, por meio dos compromissos internacionais e nacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1998), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Tais compromissos interferem e favorecem o acesso desse grupo específico ao Ensino Superior. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ([INEP], 2014), nos últimos anos, no Brasil, vem ocorrendo um aumento das matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior, alcançando 33.337 em 2014. Dessas, 19.654 (58,9%) em instituições privadas e 13.723 (41,1%) em instituições públicas de ensino. Do total de estudantes matriculados em instituições públicas, 10.602 (77,3%) estavam em Instituições Federais, 2.542 (18,5%) em Estaduais e 579 (4,2%) em Municipais.

Pensando em políticas que beneficiassem diretamente o aluno, o Governo Federal criou alguns programas que favorecem o acesso a esse nível de educação. Destacam-se o Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir (Edital nº 4, 2008) – que é específico para pessoas com deficiência e que objetivou fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade com espaços e profissionais qualificados, articulados entre os diferentes órgãos e departamentos das universidades –, o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

Apesar de todo o suporte oferecido pelas leis, portarias e políticas de ações afirmativas em relação à inclusão do aluno com deficiência no Ensino Superior e do aumento nas pesquisas sobre essa temática (Mendes & Ribeiro, 2017; Torres, Caleiros, & Santos, 2016), alguns estudos (Januário, 2019; Oliveira, 2011; Silva et al., 2012; Torres, Caleiros, & Santos, 2016) sugerem que falta mais pesquisas nessa temática, especialmente na Região Norte do país. Na pesquisa de Mendes e Ribeiro (2017), a Região Nordeste mantém a maior proporção das pesquisas, com 44%, seguida da Região Sudeste, com 38%, o Sul com 16% e o Centro-Oeste com 2%. Januário (2019) verificou uma concentração na produção de artigos, dissertações e teses sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, sendo defendidos e publicados 14 trabalhos no Sudeste, dez na Região Sul e sete no Nordeste. Na pesquisa de Oliveira (2011), os trabalhos estão concentrados na Região Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tendo a Região Sul com a maior concentração de pesquisas.

Nesse sentido, revisões sistemáticas sobre a temática têm sido realizadas na última década (Dussilek & Moreira, 2017, Januário, 2019, Mendes & Ribeiro, 2017, Oliveira et al., 2016, Oliveira, 2019, Silva et al., 2012, Torres, Caleiros, & Santos, 2016,) com o objetivo de conhecer como está o processo de inclusão desses estudantes no Ensino Superior. Observou-se

que existe um descompasso entre o que as leis, as portarias, as ações afirmativas anunciam e a realidade desses alunos, quanto ao acesso e à permanência desse público nas universidades.

As revisões sistemáticas da literatura revelam que pesquisas sobre o acesso e a permanência desses estudantes no Ensino Superior na Região Norte precisam ser desenvolvidas para que se avalie como está o processo de inclusão desse público nas universidades dessa região. Assim, este estudo justifica-se porque visa ampliar as informações, especificamente em Belém do Pará, sobre a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, bem como conhecer suas dificuldades e obstáculos encontrados, a luta e a superação desses estudantes ao ingressar nesse nível de ensino. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi descrever as características socioeconômicas e acadêmicas de alunos com deficiência matriculados no Campus do Guamá da Universidade Federal do Pará (UFPA), identificando suas percepções no que tange às dificuldades encontradas no contexto universitário, conhecendo suas sugestões de melhoramento no que se refere à acessibilidade física, metodológica, atitudinal, comunicacional, instrumental e programática.

2 MÉTODO

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório, descritivo e inferencial para identificar associações e similaridades entre características básicas de determinados grupos de participantes. Utilizou-se o método transversal, cujos dados foram coletados em um recorte de tempo entre os meses de janeiro e julho de 2016.

Para realização da pesquisa, 192 alunos com deficiência foram contactados, sendo estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: ser estudante com deficiência da Graduação, estar regularmente matriculado entre os anos de 2012 e 2015, estudar no Campus do Guamá da UFPA e ter dificuldades na realização de suas atividades acadêmicas. Como critério de exclusão, ser de outro Campus, ter cancelado o curso, não ser estudante com deficiência e não apresentar dificuldades ou impedimentos para realizar suas atividades escolares dentro da instituição. Participaram deste estudo 50 alunos com deficiência matriculados nos cursos de Graduação da UFPA.

Inicialmente, foi feito contato com a Direção Geral do Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos (CIAC) e com a Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess) da UFPA, sendo solicitadas informações referentes aos estudantes com deficiência matriculados na instituição no período de 2012 a 2015. Após apreciação do projeto, essas unidades liberaram uma lista com o nome de 192 estudantes, assim como o curso, o ano de matrícula, o tipo de deficiência dos alunos, o contato telefônico e o *e-mail*. De posse da autorização dos 192 estudantes com deficiência que foram contactados, 142 foram excluídos da pesquisa pelos seguintes motivos: um estudante não estudava no *Campus* do Guamá, 66 alunos afirmaram que sua deficiência não lhes prejudicava dentro do *Campus* e que conseguiam desenvolver suas atividades acadêmicas sem nenhuma dificuldade, 43 apresentaram problemas com o contato disponibilizado, 22 cancelaram o curso e dez estudantes não aceitaram participar do estudo por diversos motivos particulares. Assim, 50 estudantes com deficiência aceitaram participar do estudo.

A coleta de dados foi realizada nas dependências da UFPA, Campus do Guamá - Belém. Esse Campus está dividido em quatro setores: Básico, Profissional, Saúde e Parque de Tecnologia. Atualmente, o Campus possui uma população de aproximadamente 21.325 alunos de Graduação, disponibiliza 86 cursos de Graduação e 70 de Pós-Graduação.

O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado com oito tópicos elaborados pela pesquisadora, que buscou conhecer o perfil dos estudantes com deficiência que estudavam na UFPA. O questionário foi composto de duas partes. A primeira constou de questões com perguntas fechadas referentes ao levantamento de variáveis socioeconômicas e acadêmicas nos seguintes tópicos: (1) identificação (pessoal e acadêmica), (2) caracterização da deficiência, (3) trajetória escolar (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), (4) vestibular/ do Exame Nacional de Ensino Médio - Enem (pré-vestibular, suporte da instituição durante o concurso, tipo de ingresso), (5) atividades acadêmicas (trancamento da matrícula, reprovações, projetos de pesquisas, auxílio financeiro), (6) grupo familiar, situação socioeconômica, (7) alimentação e (8) transporte. Para identificar a deficiência de cada participante, o item “caracterização de deficiência” foi elaborado com questões específicas referentes à deficiência do estudante. A segunda parte foi composta de duas questões, sendo uma objetiva e a outra subjetiva. A pergunta objetiva e de avaliação, com cinco opções de escolha de intensidade decrescente, visou conhecer a opinião dos alunos acerca das condições de acessibilidade dentro do Campus do Guamá, e a pergunta subjetiva buscou conhecer a percepção dos alunos acerca das medidas que a UFPA deveria tomar para melhorar a acessibilidade dentro da instituição.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA (CEP-ICS/UFPA), expresso no Parecer nº 855.169. De posse dos dados disponibilizados pelo CIAC e pelo CoAcess, os Diretores Gerais dos Institutos foram contactados para obter a autorização para contatar os participantes por meio de telefone ou *e-mail*. Uma vez obtidas as devidas autorizações para a realização do estudo, a primeira abordagem com os alunos foi via telefone ou *e-mail*, por meio da qual foram convidados a participar, foram agendadas as entrevistas e a aplicação do questionário.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de janeiro e julho de 2016 nas dependências físicas da universidade, em horário pré-estabelecido pelos participantes de modo a não interferir nas suas atividades acadêmicas. No início da entrevista, cada participante foi informado dos objetivos gerais do estudo, formalizado o convite para participação e assinado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, garantindo a participação voluntária, a confidencialidade e o anonimato desses alunos. O preenchimento dos instrumentos demorou aproximadamente 60 minutos. As entrevistas foram realizadas individualmente pela pesquisadora. As respostas foram transcritas de forma literal.

A análise dos dados quantitativos foi realizada com o auxílio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20 para *Windows*. Para caracterização e descrição da amostra recorreu-se a estatísticas descritivas simples (frequências e porcentagens), bem como a medidas de tendência central (média). Os dados qualitativos obtidos nas entrevistas foram gravados, transcritos de forma literal e analisados.

3 RESULTADOS

Os dados obtidos neste estudo foram organizados em três eixos temáticos: características socioeconômicas dos estudantes com deficiência na UFPA, características acadêmicas dos estudantes por tipo de deficiência e avaliação e sugestões para o melhoramento das acessibilidades dos alunos com deficiência.

3.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UFPA

Na Tabela 1, verificam-se as características socioeconômicas dos alunos com deficiência no que diz respeito ao tipo de deficiência, gênero, idade, estado civil, local de moradia, com quem o estudante mora, histórico escolar, renda familiar e renda pessoal.

	DV (n=20)	DF (n=18)	DA (n=5)	TFE (n=3)	DM (n=2)	TEA (n=2)	Total (n=50)
Gênero							
Feminino	9	7	3	1	2	0	22
Masculino	11	11	2	2	0	2	28
Idade							
Média	23,1	27	27,8	20	25	24	24,4
Estado Civil							
Solteiro	18	17	4	3	2	2	46
União Estável	2	1	1	0	0	0	4
Local de Moradia							
RMB	20	18	4	3	1	2	48
Distritos	0	0	1	0	1	0	2
Com Quem Mora							
Família	15	14	4	3	2	2	40
Amigos	1	2	0	0	0	0	3
Sozinho	1	2	1	0	0	0	4
Cônjuge	3	0	0	0	0	0	3
Histórico Escolar							
Público	11	7	4	1	2	0	25
Privado	6	6	0	2	0	1	15
Misto	3	5	1	0	0	1	10
Não Sabe	2	2	0	0	0	0	4
Renda Familiar (Salário Mínimo)							
1	2	1	1	0	0	0	4
1 a 2	7	9	2	0	1	0	19
2 a 3	4	4	1	2	1	0	12
3 a 6	1	1	1	0	0	2	5
6 a 9	4	0	0	0	0	0	4
> 9	0	1	0	1	0	0	2
Renda Pessoal							
SP	13	11	2	3	2	2	33
IND	5	6	2	0	0	0	13
Outros	2	1	1	0	0	0	4

Tabela 1. Distribuição das características socioeconômicas dos estudantes participantes da pesquisa.

Legenda: DV: Deficiência Visual; DF: Deficiência Física; DA: Deficiência Auditiva; TFE: Transtorno Funcional Específico; DM: Deficiências Múltiplas; TEA: Transtorno do Espectro Autista; RMB: Região Metropolitana de Belém; SP: Sustentado pelos Pais; IND: Independentes.

A população foi composta por 50 estudantes com deficiência, sendo 28 pertencentes ao sexo masculino (56%) e 22 do feminino (44%). Verificou-se a predominância da deficiência visual (DV). A faixa etária dos estudantes variou entre 18 e 45 anos, com a média de idade dos participantes entre 23 e 27 anos. Em relação ao estado civil, 46 estudantes eram solteiros (92%), dos quais 45 não tinham filhos (90%).

No que se refere ao local de moradia, 40 estudantes moravam com a família (80%) e o restante com amigos, sozinho ou com o cônjuge. Com relação ao histórico educacional, 25 alunos (50%) cursaram a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em escolas públicas (50%), enquanto os outros 25 discentes frequentaram tanto a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em escolas privadas e públicas (50%). Já no que diz respeito à renda familiar e à renda pessoal dos discentes, 19 alunos com deficiência (38%) tinham uma renda de um a dois salários mínimos e 33 eram sustentados financeiramente pelos pais (66%). Já em relação à residência dos estudantes, 48 moravam na Região Metropolitana de Belém (RMB) (96%) e os demais nos Distritos Administrativos do Município de Belém (4%).

3.2 CARACTERÍSTICAS ACADÊMICAS DOS ESTUDANTES POR TIPO DE DEFICIÊNCIA NA UFPA

Na Tabela 2, foram elencadas as características acadêmicas de alunos com deficiência no que tange à área de conhecimento, ao histórico escolar, ao tipo e à categoria de ingresso, ao suporte e aos tipos de apoio financeiros, ao auxílio no ingresso da instituição, às atividades relacionadas à pesquisa, ensino e extensão.

	DV (n=20)	DF (n=18)	DA (n=5)	TFE (n=3)	DM (n=2)	TEA (n=2)	Total (n=50)
Área de Conhecimento							
Ciências Humanas	13	7	2	1	1	2	26
Ciências Exatas	4	5	3	1	1	0	14
Ciências Biológicas	3	6	0	1	0	0	10
Histórico Escolar							
Reprovação							
Sim	6	10	4	1	1	0	22
Não	14	8	1	2	1	2	28
Trancamento							
Sim	1	3	2	0	0	0	6
Não	19	15	3	3	2	2	44
Tipo de Ingresso							
Cota	16	16	5	2	2	0	41
Não cota	4	2	0	1	0	2	9
Categoria de Ingresso							
Cota Rede Pública	1	1	2	0	0	0	4
Cota PCD	15	15	3	2	2	0	37
Apoio Financeiro							

	DV (n=20)	DF (n=18)	DA (n=5)	TFE (n=3)	DM (n=2)	TEA (n=2)	Total (n=50)
Sim	4	4	1	2	0	0	11
Não	16	14	4	3	1	1	39
Tipos de Apoio Financeiro							
Auxílio PCD	3	3	0	0	0	0	6
Auxílio Permanência	0	0	1	0	0	0	1
Auxílio Transporte	1	1	0	0	2	0	4
Suporte no Ingresso							
Sim	14	13	3	2	2	0	34
Não	6	5	2	1	0	2	16
Ensino, Pesquisa e Extensão							
Projetos	4	0	0	0	0	0	4
Monitoria	0	1	1	0	0	0	2
Estágio	1	2	0	0	0	0	3

Tabela 2. Distribuição das características acadêmicas dos estudantes com deficiência da UFPA. Legenda: DV: Deficiência Visual; DF: Deficiência Física; DA: Deficiência Auditiva; TFE: Transtorno Funcional Específico; DM: Deficiências Múltiplas; TEA: Transtorno do Espectro Autista; PCD: Pessoa com Deficiência.

Com relação aos dados apresentados na Tabela 2, observou-se a presença de estudantes com deficiência nas três áreas de conhecimento oferecidas pela instituição, estando mais da metade dos alunos matriculados nos cursos na área de Ciências Humanas (52%). No que se refere ao histórico escolar, 28 alunos nunca ficaram reprovados nas disciplinas dos cursos de Graduação (56%) e 44 discentes nunca trancaram a matrícula durante a vida acadêmica (88%). No que se refere ao tipo de ingresso, 41 estudantes com deficiência (82%) optaram pela modalidade das cotas, dos quais 37 escolheram a categoria para Pessoas com Deficiência (PCD) e quatro a Rede Pública. No que tange ao auxílio financeiro, 39 alunos com deficiência (78%) não receberam ajuda financeira da instituição. Entretanto, dos 11 (22%) estudantes que gozaram desse benefício, cinco (10%) receberam o auxílio PCD, quatro (8%) o de permanência, e dois (4%) o de transporte.

Em se tratando do suporte oferecido ao aluno no momento da realização do concurso, 34 estudantes responderam que obtiveram esse auxílio (68%). Os apoios recebidos mencionados pelos participantes foram salas, cadeiras e mesas adaptáveis e acessíveis, horas extras, provas ampliadas, intérpretes de LIBRAS, leitores, provas em Braille, telas ampliadas, transcritores, monitores, fiscais, óculos escuros e lanches. Apesar do apoio oferecido no momento da realização do concurso, 12 discentes sentiram a ausência de mais suporte e conforto ao realizar o exame (24%). Eles pediram cadeiras mais adaptáveis confortáveis, provas ampliadas, Dosvox, leitores capacitados, mais tempo para responder às questões, salas mais adequadas, acessíveis, menos quentes e barulhentas e provas não muito longas. No que se refere à participação nos projetos de pesquisa, monitoria e extensão, somente dez estudantes participaram dessas atividades (20%), sendo dois em monitoria, quatro em pesquisa e quatro em estágio.

3.3 AVALIAÇÃO E SUGESTÕES PARA O MELHORAMENTO DAS ACESSIBILIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UFPA

Na Tabela 3, são apresentadas as distribuições da avaliação das condições de acessibilidade em geral e das sugestões de melhoramentos das condições de acessibilidade em geral da UFPA.

	DV (n= 20)	DF (n= 18)	DA (n= 5)	TFE (n= 3)	DM (n= 2)	TEA (n= 2)	Total (n= 50)
Avaliação das condições de acessibilidade em geral da UFPA							
Excelente	0	0	0	0	0	0	0
Bom	3	2	0	1	0	1	7
Médio	5	12	3	1	1	1	23
Ruim	5	3	1	1	1	0	11
Péssimo	7	1	1	0	0	0	9
Sugestões para melhorar as dificuldades relacionadas à acessibilidade em geral da UFPA							
Acessibilidade Arquitetônica	20	18	5	0	2	0	45
Acessibilidade Metodológica	8	3	3	3	1	2	20
Acessibilidade Atitudinal	5	8	1	1	0	2	17
Acessibilidade Comunicacional	8	1	1	1	1	0	12
Acessibilidade Instrumental	3	0	0	0	1	0	4
Acessibilidade Programática	0	2	1	0	0	0	3

Tabela 3. Distribuição das condições de avaliação e sugestões de melhoramentos dentro da UFPA.

Legenda: DV: Deficiência Visual; DF: Deficiência Física; DA: Deficiência Auditiva; TFE: Transtorno Funcional Específico; DM: Deficiências Múltiplas; TEA: Transtorno do Espectro Autista.

Observou-se, na Tabela 3, por um lado, que 30 alunos com deficiência (60%) avaliaram como boas ou médias as condições de acessibilidade em geral da UFPA; por outro lado, 20 discentes (40%) consideraram a acessibilidade dentro da instituição como ruim ou péssima. Quanto às sugestões de melhoramentos relacionadas às dificuldades advindas das acessibilidades no Campus de Belém, 45 discentes apontaram a acessibilidade arquitetônica, 20 a metodológica, 18 a atitudinal, 12 a comunicacional e os demais a instrumental e a programática.

No que tange às sugestões acerca da acessibilidade arquitetônica, a maior parte dos estudantes (90%) julgou importante e imprescindível instalar mais elevadores com áudio, bedouros na altura acessível ao cadeirante, postes de iluminação para o público da noite, mais ônibus circulares, banheiros adaptados em todos os prédios e piso tátil em toda a instituição. Também foi destacado o conserto e a manutenção das calçadas, do piso tátil, dos degraus, da sinalização nas escadas, das rampas de acesso com rebaixamento de guias, do revestimento das passarelas. Os estudantes ressaltaram que as árvores devem ser podadas, os corrimãos equipados com grades de proteção, nivelamento dos pisos das portas de entrada ou saída das salas de aula,

mais atenção com a largura das portas em geral e com a segurança durante a noite. Além dessas sugestões, mencionaram a preocupação com a circulação de cães dentro do Campus, assim como mais investimentos no setor Braille, de modo a ampliar os serviços já oferecidos pela instituição e investir mais na sinalização dos livros da Biblioteca Central. O Restaurante Universitário deve contratar mais profissionais para auxiliarem o aluno com deficiência no momento de se servir e, ao mesmo tempo, ajudá-lo desde a entrada no recinto até a saída do prédio.

Quanto às sugestões referentes à acessibilidade metodológica, 40% dos alunos com deficiência acharam necessário investir mais na qualificação dos professores em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Eles destacaram que os docentes devem usar mais recursos audiovisuais, levar em consideração o tipo de deficiência no que se refere ao tempo e ao método de avaliação das provas, reduzir o excesso de leitura, usar mais estratégias de aprendizagem específicas para cada necessidade especial. Eles mencionaram também mais ofertas de vagas para PCD. Além dessas sugestões, a instituição deve oferecer mais apoio no atendimento às necessidades educacionais especiais. Os discentes entendem que, para garantir a permanência na instituição, cada faculdade deve disponibilizar um serviço e/ou núcleo de apoio tanto acadêmico quanto psicológico para auxiliá-los nas dificuldades enfrentadas no dia a dia do contexto universitário. Para os participantes, os educadores necessitam ser mais conscientes com o material acadêmico e que ele precisa ser disponibilizado com bastante antecedência para que o aluno acompanhe as aulas, permitindo, assim, sua inserção nas atividades de ensino.

No que diz respeito à acessibilidade atitudinal, 36% dos estudantes com deficiência enfatizaram a importância da instituição em promover mais palestras sobre educação inclusiva para a comunidade acadêmica em geral, diminuindo, desse modo, o preconceito em relação a esse público; além de capacitar mais os professores e funcionários para lidarem com os diversos tipos de deficiência. Já em relação à acessibilidade comunicacional, 24% dos discentes julgaram necessário investir mais nos recursos e no apoio para aquisição da aprendizagem. Ofertar mais material adaptado, cópias com fonte ampliada, mais salas equipadas com computadores e *Datashow*, mais intérpretes de LIBRAS e de material em Braille. Eles destacaram também material informativo em Braille, um *website* na página da UFPA para auxiliar os alunos com deficiência visual e usar mais legendas nos materiais de áudio visual. Quanto à acessibilidade instrumental, 8% dos discentes destacaram mais investimentos em recursos didáticos, como, por exemplo, grade para escrita cursiva, livros em formato digital, em áudio, em Braille e com fontes ampliadas. Ressaltaram também mais recursos tecnológicos como os programas de leitores de tela com síntese de voz conhecidos como *Dosvox* e *Virtual Vision*. Em relação à acessibilidade programática, 6% dos estudantes mencionaram que as Normas Brasileiras (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2015) precisam ser seguidas. É necessário capacitar tanto os professores quanto os funcionários da Biblioteca Central da UFPA para trabalharem com Braille, por meio do investimento na contratação de mais intérpretes de LIBRAS.

4 DISCUSSÃO

Este estudo revelou que dos 50 participantes da pesquisa, 28 são alunos com deficiência do sexo masculino, solteiros, possuem em média 27 anos, residem com os pais e são sustentados pelos eles. Quanto ao gênero, esse dado não é diferente dos dados encontrados nos

estudos desenvolvidos por Chahini (2010), Duarte e Ferreira (2010) e Lima (2013), que, ao realizarem seus estudos em relação ao acesso e à permanência de alunos com deficiência nas instituições de Ensino Superior pesquisados pelos autores, observaram que o aluno com deficiência do sexo masculino prevalece. Para Chahini (2010), esse dado pode estar relacionado ao fato de a deficiência ser maior no sexo masculino ou se isso se deve a uma maior exclusão do sexo feminino nesse nível de ensino.

Percebeu-se que parte dos participantes que ingressaram na UFPA, em sua maioria, são alunos com DV (20) e alunos com deficiência física (18). Dos 20 estudantes com DV, sete relataram que as condições de acessibilidade da UFPA são péssimas e, quanto aos alunos com deficiência física, 12 mencionaram que as condições de acessibilidade são médias, isto é, nem boas e nem ruins. Quanto às sugestões de melhoramentos referentes à acessibilidade arquitetônica, tanto os alunos com DV quanto os com deficiência física foram unânimes em apresentar propostas de melhoramentos nessa dimensão.

Dos 41 alunos que ingressaram na instituição por meio das cotas, 37 entraram pela reserva de vagas para PCD. A UFPA, em julho de 2009, implantou sua política afirmativa de cotas aos estudantes com deficiência por meio de uma Resolução no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 3.883 (CONSEPE), que reserva uma vaga em cada curso de graduação, por acréscimo a esse público a partir do processo seletivo de 2011 (UFPA, 2009). A esse respeito, tal resolução causa certa preocupação com a necessidade de preparar o ambiente acadêmico para estabelecer as ações afirmativas como as dos programas Incluir e REUNI. A participação desses programas na vida dos estudantes tem contribuído para que sejam realizadas inúmeras melhorias e discussões de possíveis ações a serem tomadas em prol desse público. As Universidades Federais recebem do Governo Federal o incentivo para adequar suas instalações e, conforme as leis da acessibilidade, esses recursos são enviados às Universidades por meio desses programas, mas, para isso, devem elaborar seus projetos de reforma. A esse respeito, Zuliani, Oliveira, Kretzmann e Castro (2014) mencionam que a maioria dos alunos com deficiência enfrenta muitas dificuldades ao ingressar no Ensino Superior e, quando ingressam, encontram várias barreiras em sua permanência, decorrentes principalmente da ausência de políticas institucionais, do acompanhamento e do fornecimento de recursos que atendam satisfatoriamente às suas necessidades educativas.

No entanto, segundo o relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126, as universidades brasileiras estão ampliando suas instalações e o número de obras concluídas, entre 2003 e 2012, perfazem 3.065.735,17m² de novos espaços acadêmicos e administrativos (Weska et al., 2012). Devido a essa expansão e ao incentivo às cotas, o número de estudantes com deficiência tem aumentado. Por isso, a comunidade acadêmica precisa se mobilizar a fim de atenuar os obstáculos que dificultam a permanência desse alunado na UFPA.

Com relação ao tipo de suporte oferecido durante o Enem, 34 participantes da pesquisa receberam suporte durante a realização das provas. Esse dado revela que a UFPA está em consonância com o Aviso Circular de nº 277, de maio de 1996, que destaca que o suporte ao candidato deve ocorrer a partir da elaboração do edital, para que todas as informações sobre o processo sejam disponibilizadas com a oferta de salas especiais, profissionais especialistas, recur-

tos de tecnologias de acordo com as especificidades das necessidades do candidato, concessão de tempo adicional e bancas especializadas.

A pesquisa apontou que 40 alunos com deficiência não participam de projetos de pesquisa ou de extensão na instituição. Um dos compromissos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 da UFPA é com a produção de conhecimentos e não pode haver indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFPA, 2016). Observou-se que talvez a falta de participação dos estudantes nos projetos possa prejudicar a sua trajetória acadêmica, pois não houve menção às atividades de extensão. Acredita-se que um maior investimento por parte da instituição em atividades de ensino, pesquisa e extensão seria importante na vida acadêmica do estudante, uma vez que o envolvimento contribuiria para um aprendizado mais completo e de qualidade.

A maioria dos alunos não recebe auxílio financeiro da instituição. A UFPA participa de programas de apoio financeiro com o objetivo de oferecer igualdade de oportunidades a todos os alunos e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, oferecendo alguns tipos de assistência, dentro do PDI (UFPA, 2016). No entanto, apesar de a instituição disponibilizar vários programas de apoio financeiro ao estudante com deficiência, eles desconhecem tais benefícios devido à falta de informação por parte da instituição. Um dos condicionantes para que o aluno com deficiência consiga concluir seu curso é o fator socioeconômico, uma vez que a maioria dos participantes da pesquisa recebe de um a dois salários mínimos, moram com os pais e precisam da ajuda do Governo Federal para terminarem seus estudos com êxito.

Em relação à evasão escolar e à repetência de disciplinas, observou-se que a maioria dos alunos com deficiência foram bem sucedidos no percurso acadêmico, pois nunca trancaram a matrícula e também não repetiram disciplina. Esse dado vai de encontro aos dados apresentados por Baggi e Lopes (2011) que analisaram a produção teórica que aborda a evasão e a sua relação com a avaliação institucional no Ensino Superior a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações entre 2008 a 2009. Os autores concluíram que os motivos da evasão de alunos com deficiência do Ensino Superior se devem à precarização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e por motivos pessoais, tais como imaturidade, dificuldades financeiras, problemas de saúde e conflitos familiares. Em se tratando do presente estudo, é possível considerar duas possibilidades que expliquem o presente resultado, sendo uma referente ao impacto positivo das ações afirmativas no que se refere à reserva de cotas PCD, e a outra referente as características resilientes que podem influenciar o bom desempenho acadêmico dos discentes.

Observou-se que a acessibilidade arquitetônica demonstrou ser o ponto fraco e o aspecto que precisa de adequações e de maiores investimentos por parte da UFPA. Neste sentido, a Portaria nº 3.284 condiciona a concessão de autorização, reconhecimento, credenciamento, renovação e funcionamento das instituições de ensino superior ao cumprimento dos requisitos de acessibilidade da pessoa com deficiência (Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003). Esta Portaria recomenda que as universidades, ao inserirem em seu contexto o estudante com deficiência tenham a responsabilidade de garantir-lhes um espaço livre de barreiras arquitetônicas, como por exemplo, apoios no que se referem à provisão de material em Braille, softwares leitores, material para ampliação de textos, construção de um acervo bibliográfico em Braille e material em áudio, assim como intérpretes de LIBRAS, flexibilidade na correção das provas

escritas, estimulação do discente para o aprendizado do português na modalidade escrita, entre outros recursos. Neste sentido, observou-se nos relatos dos alunos haver uma lacuna entre a realidade vivida no contexto acadêmico e as determinações estabelecidas pelos dispositivos legais, principalmente, quando os estudantes mencionam as restrições ainda encontradas na UFPA. Esses dados reforçam a importância do cumprimento da legislação e a necessidade de investimento em ações afirmativas por parte da instituição.

A acessibilidade metodológica foi sugerida por 20 alunos com deficiência demonstrando que o estudante precisa ter acesso aos conteúdos acadêmicos formais, de modo que tenha a sua oportunidade de aprendizado equiparada à dos demais colegas. Para que obtenha sucesso na sua trajetória escolar, a figura do professor se torna peça fundamental no processo da inclusão. Vitaliano (2007) afirma que a formação inicial e continuada do docente é que embasa sua prática cotidiana. O professor deve conhecer os tipos de deficiência e que necessidades educacionais especiais cada um necessita. Alguns participantes da pesquisa sugeriram mais núcleos de acessibilidade para atender a demanda de suas necessidades especiais educativas, pois este segmento ainda é pouco expressivo dentro da UFPA.

Observou-se, em relação à acessibilidade atitudinal, que os participantes relataram desconforto sobre a postura dos professores e dos funcionários ao desconhecerem o processo de inclusão na UFPA. Para Passerino e Montardo (2007), é necessário desenvolver meios e recursos acessíveis que promovam o estabelecimento de interfaces com esses alunos e que, conseqüentemente, fomente o processo de inclusão. Para os autores, é importante valorizar a “qualidade de vida, o desenvolvimento humano, a autonomia de renda e a equidade de oportunidades e direitos” (p. 5).

Quanto à acessibilidade comunicacional, percebeu-se que a UFPA precisa garantir uma comunicação interna e externa. Para tal comunicação, implica dizer que será necessário muito esforço, não somente no que se refere às questões pedagógicas, mas, principalmente, em relação às questões estruturais e sociais para que os alunos com deficiência, docentes, técnicos-administrativos e demais pessoas possam locomover-se no interior dos ambientes, sem problemas, que é algo que ainda precisa melhorar dentro do Campus do Guamá.

Em se tratando da acessibilidade instrumental, acredita-se que os recursos, os equipamentos e os espaços existentes ainda não permitem que os estudantes com deficiência da UFPA possam usufruir dessa tecnologia sem restrições. Já em relação à acessibilidade programática, os alunos ainda percebem que as leis ainda não estão sendo cumpridas, pois é necessário que se tornem efetivas para que ocorram as diversas mudanças para concretização de uma inclusão plena no contexto acadêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribuiu com a literatura uma vez que trouxe informações dos alunos com deficiência do Campus de Belém da UFPA, permitindo conhecer seu perfil e as demandas necessárias para futuras intervenções no que se refere ao acesso e à permanência na instituição. Todavia, a despeito dos avanços políticos, científicos que reverberam na vida cotidiana das instituições acadêmicas, os alunos com deficiência no Ensino Superior ainda apresentam demandas muito semelhantes aos dados encontrados nos estudos desenvolvidos sobre

a inclusão no Ensino Superior nos anos entre 2000 e 2019. Esses achados se tornam mais importantes quando se considera que se trata do ponto de vista do próprio aluno com deficiência sobre o seu processo de inclusão em uma instituição pública de nível superior. Entre as várias concepções sobre a inclusão escolar, a percepção do próprio aluno com deficiência mostra-se muito importante, pois é a partir dessas percepções que será possível perceber as dificuldades que estes têm enfrentado, avaliar suas conquistas decorrentes das políticas públicas e das ações afirmativas que estas geraram, possibilitando refletir acerca do que pode ser efetivado, abandonado ou melhorado no contexto universitário.

Por um lado, a oferta de cotas, o suporte acadêmico disponibilizado no momento da realização da prova do Enem e a não evasão de alunos foram dados que revelaram as ações facilitadoras que contribuem para o acesso e a permanência do aluno na instituição. Por outro lado, a UFPA necessita investir mais nas atividades de pesquisa, de monitoria e de extensão, planejar e adotar ações de apoio financeiro voltadas a suprir as necessidades físicas e os materiais desse público e melhorar as condições da acessibilidade arquitetônica dentro do Campus, pois a falta dessas condições interfere no cotidiano acadêmico.

Percebeu-se que algumas ações afirmativas efetivadas por parte da UFPA garantem a participação desses estudantes no contexto universitário, porém observou-se que o atendimento às normativas que regem as condições mínimas de acessibilidade não possibilitou a garantia plena da participação desse alunado no ambiente universitário, pois ainda existem barreiras na esfera arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental que prejudicam fortemente a inclusão desse público. Verificou-se, por meio das falas dos entrevistados, que a UFPA tem procurando tornar o contexto universitário mais acessível, com ações institucionais previstas nas leis, portarias e em seu PDI (UFPA, 2016), para que sejam asseguradas a esses estudantes condições mais efetivas de participação no ambiente universitário. No entanto, os dados da presente pesquisa revelam que esse processo é lento e que muito ainda precisa ser feito para que o aluno com deficiência tenha condições de acessibilidade garantidas.

Considerando as dificuldades enfrentadas para a realização desta pesquisa, ressalta-se a desatualização do banco de dados constituído pelas informações cadastrais dos estudantes como ano de ingresso, tipo de deficiência, curso, contatos telefônicos e *e-mail*. A inconsistência desse banco de dados dificultou o contato com os discentes. Esses problemas indicaram uma fragilidade em como os dados são colhidos e sistematizados pela UFPA, de forma a trazer implicações negativas e ineficientes para o próprio estudante com deficiência que não terá um acompanhamento garantido pela instituição.

A partir do evidenciado, sugere-se a continuidade deste estudo com a inclusão de outras instituições de Ensino Superior do país, para melhor conhecer a realidade desse alunado em outros contextos. Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir com a construção de políticas de ações afirmativas que favoreça a inclusão de fato de estudantes com deficiência na UFPA.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015). *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT. Recuperado em 22 de janeiro de 2020 de http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf
- Aviso Circular nº 277, de maio de 1996*. Brasília: Ministério da Educação /GM. Recuperado em 22 de janeiro de 2019 de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>
- Baggi, C. A. S., & Lopes, D. A. (2011). Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 16(2), 355-374.
- Chahini, T. H. C. (2010). *Atitudes Sociais e Opiniões de Professores e Alunos a Universidade Federal do Maranhão em relação à Inclusão de Alunos com Deficiência na Educação Superior*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil.
- Constituição Federal da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF. Recuperado em 22 de janeiro de 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF. Recuperado em 22 de janeiro de 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm
- Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2007/decreto/d6096.htm
- Duarte, E. R., & Ferreira, M. C. (2010). Panorama da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior de Juiz de Fora, MG. *Revista Educação Especial*, 23(36), 57-72. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X1433>
- Dussilek, C. A., & Moreira, J. C. C. (2017). Inclusion in Higher Education: a systematic review of the conditions presented to students with disabilities. *Research, Society and Development*, 6(4), 317-341. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/rsd-v6i4.124>
- Edital nº 4. Seleção de Propostas*. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. 2008. Secretaria de Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 84, seção 3, p. 39-40, Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=816-incluir-propostas-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014). *Sinopses estatísticas da educação superior - graduação: censo da educação superior de 2014*. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>
- Januário, G. O. (2019). O Direito à Educação no Ensino Superior de Pessoas com Deficiências. *Revista Internacional de Educação Superior*, 5, 1-26. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653711>
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
- Lima, U. T. S. de. (2013). *Inclusão do aluno com deficiência no ensino superior em saúde nas universidades públicas do estado de Alagoas: atores, realidade e práticas*. Dissertação de Mestrado em Ensino da Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil.
- Mendes, C. de L., & Ribeiro, S. M. (2017). Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da produção acadêmica na área da educação. *Atos de Pesquisa em Educação*, 12(1), 189-206. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2017v12n1p189-206>
- Oliveira, A. S. S. (2011). *Alunos com deficiência no Ensino Superior: subsídios para a política de inclusão da Unimontes*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.
- Oliveira, J. de. (2019). Análise da produção científica com a temática inclusão no ensino superior: reflexões sobre artigos publicados no período de 2016 a novembro de 2018. *Revista Educação Especial*, 32, 1-27. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X36198>
- Oliveira, R. Q., Oliveira, S. M. B., Oliveira, N. A. de, Trezza, M. C. S. F., Ramos, I. B., & Freitas, D. A. (2016). A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(2), 299-314. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200011>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1998). *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: UNESCO. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>
- Passerino, L. M., & Montardo, S. P. (2007). Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 8, 1-18. Recuperado em 10 de fevereiro de 2020 de <http://campos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/144/145>
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008). Brasília, DF. Recuperado em 10 de fevereiro de 2020 de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>
- Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Recuperado em 10 de fevereiro de 2020 de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>
- Silva, H. M, Souza, S. M. C., Prado, F, Ribeiro, A. L., Lia, C., & Carvalho, R. L. (2012). A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: Revisão de literatura. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 10(2), 332-342.
- Torres, J. P., Calheiros, D. S., & Santos, V. (2016). Inclusão na educação superior brasileira: análise da produção científica. *Interfaces da Educação*, 17(19), 296-313. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1048>

- Universidade Federal do Pará (2009). *Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 3.883 (CONSEPE) da Universidade Federal do Pará*. Recuperado em 10 de fevereiro de 2020 de http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/Microsoft%20Word%20-%203883.pdf
- Universidade Federal do Pará (2016). *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2025 da Universidade Federal do Pará*. Recuperado em 10 de fevereiro de 2020 de http://www.portal.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf
- Vitaliano, C. V. (2007). Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(3), 399-414.
- Weska, A. R., Silva, A. S., Lliescu, D., Nascimento, H. M., Martins, J. L., Cerqueira, L. ... Rodrigues, Y. P. (2012). *Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília.
- Zuliani, K. T., Oliveira, A. P. V., Kretzmann, M., & Castro, S. F. (2014). *Reservas de vagas nos processos seletivos para ingresso de alunos com deficiência em IES*. Artigo apresentado no VI Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Recebido em: 05/07/2019

Reformulado em: 08/02/2020

Aprovado em: 22/02/2020